

Orçamento do Estado para 2007 – Alterações Fiscais

Assunto: Orçamento do Estado para 2007 – Alterações Fiscais

Com a entrada em vigor, em **2007/01/01**, do Orçamento do Estado para 2007 (Lei 53 - A/2006, de 29 de Dezembro (abreviadamente, ‘**OE 2007**’) publicada no Diário da República, 1ª Série, nº 249, do dia 29 de Dezembro de 2006, foram introduzidas diversas alterações em sede de legislação tributária.

Passamos, assim, a destacar, de forma sucinta, as alterações que poderão assumir maior impacto ao nível dos procedimentos diários das diversas Instituições Financeiras, dando particular enfoque às que possam ter aplicação nas relações comerciais com os Clientes que sejam sujeitos passivos de IRS.

O presente documento não pretende esgotar todas as alterações fiscais constantes do OE 2007, mas apenas resumir aquelas que deverão assumir relevância ao nível das Instituições Financeiras, pelo que, o presente documento não dispensa a consulta do diploma legal.

1. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

Aquisição Gratuita de Bens Imóveis (art. 45º, CIRS)

No caso de direitos reais sobre imóveis adquiridos há menos de **dois anos** por doação, isenta de Imposto do Selo (doação a descendentes, ascendentes e cônjuge), passa a considerar-se como valor de aquisição, para efeitos do cálculo da mais-valia tributável na respectiva venda, o valor patrimonial tributário anterior à doação. Esta alteração visa evitar que continuem as transmissões gratuitas que tinham como objectivo promover a actualização do valor patrimonial tributário.

Dedução específica aplicável às Pensões (art. 53º, CIRS)

O OE 2007 veio reduzir as deduções específicas de que os pensionistas podem beneficiar, sendo a **dedução máxima** reduzida de € 7.500 para € **6.100**. Por outro lado, para os rendimentos da Categoria H de montante superior a € 35.000, são alteradas as regras de cálculo da dedução específica (por meio de redução da mesma e com o consequente aumento de tributação).

Distinção entre capital e renda (art. 54º, CIRS)

No caso de se rendas (temporárias e vitalícias), bem como de prestações pagas no âmbito de regimes complementares de segurança social qualificadas como pensões, que compreendam importâncias pagas a título de reembolso de capital, sempre que esta última componente não puder ser discriminada, considera-se que a mesma corresponde a **80%** (anteriormente 65%) da totalidade da renda. Pelo que, a tributação passa a incidir apenas sobre 20% do valor da renda (anteriormente 35%).

Juros devidos por entidades não residentes – Rendimentos de Capitais (art. 72º CIRS)

Os juros devidos por entidades não residentes passam a estar sujeitos a uma **tributação autónoma à taxa de 20%**, quando não tenham sido sujeitos a retenção na fonte efectuada por agente pagador em território português. O objectivo da medida consiste em harmonizar a tributação entre juros obtidos em Portugal e no estrangeiro, bem como assegurar que a existência ou não de agente pagador em território português não altere a tributação incidente sobre os rendimentos em causa. De salientar que esta harmonização abrange os dividendos e juros, e não a totalidade dos rendimentos de capitais.

Deduções à colecta e taxas (arts. 68º e 79º e seguintes, CIRS)

A dedução pessoal à colecta passa a ser igual para sujeitos passivos casados e não casados. Assim, a dedução prevista para os sujeitos passivos casados sofre um acréscimo de 50% para 55% da remuneração mínima mensal (**RMM**), ao passo que a dedução a efectuar pelos sujeitos passivos não casados sofre uma redução de 60% para 55% da RMM. As deduções à colecta foram actualizadas entre 1,7% e 2,6%.

Os escalões de rendimento do IRS foram actualizados em 2,1%.

Deduções à colecta (arts. 85º e 86º, CIRS)

Os limites máximos de dedução à colecta respeitantes a encargos com juros e amortizações de dívidas contraídas com a *aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente* (art.º 85º, n.º 1, alínea a), CIRS) e com *prémios de seguros* (art.º 86º, CIRS) são elevados nos seguintes termos:

- de € 562 para **€ 574**, no caso dos encargos com imóveis;
- de € 59 para **€ 60**, tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, ou de € 118 para **€ 120**, tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens, no caso de prémios de seguros de acidentes pessoais e seguros de vida que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice (cfr. n.º 1 do art.º 86º, CIRS).

São ainda actualizados os limites máximos da dedução à colecta referente aos *prémios de seguros que cubram exclusivamente os riscos de saúde do sujeito passivo ou de seus dependentes* (cfr. n.º 3 do art.º 86º, CIRS), sendo dedutíveis 30% dos referidos prémios, com os seguintes limites:

- **€ 80** (*anteriormente, € 78*), para sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens;
- **€ 160** (*anteriormente, € 156*), para sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens;
- **€ 40** (*anteriormente, € 39*), por cada dependente a seu cargo.

Deficientes (novo art. 87º, CIRS)

Os sujeitos passivos deficientes (grau igual ou superior a 60%) deixam de poder majorar as deduções específicas aplicáveis aos rendimentos do trabalho dependente e pensões. Deixam, igualmente, de beneficiar do regime de isenção parcial anteriormente previsto quanto a rendimentos do trabalho dependente, rendimentos empresariais e profissionais e pensões (sem prejuízo da consideração do regime transitório aplicável aos anos de 2007 e 2008).

Contudo, foi adoptada uma **dedução à colecta** de valor equivalente a três vezes a Retribuição Mínima Mensal (RMM) por sujeito passivo com deficiência, bem como de uma vez a RMM por cada dependente com deficiência. Permite-se ainda a dedução de 30% das despesas com educação e reabilitação dos sujeitos passivos com deficiência ou seus dependentes e a dedução de 25% de prémios de seguros de vida (neste último caso, verificados determinados condicionalismos e com o limite de 15% da colecta de IRS). No caso de deficientes cujo **grau de invalidez seja igual ou superior a 90%** é dedutível à colecta, a título de despesas de acompanhamento, uma importância igual à RMM.

Liquidação, Restituição Oficiosa e Pagamento do imposto (arts. 77º, 96º e 97º, CIRS)

São alargados os **prazos de liquidação de IRS**: de 30 de Abril para 31 de Julho (Categorias A e H), de 30 de Maio para 31 de Agosto (outras Categorias) e de 31 de Julho para 30 de Novembro (liquidações oficiais).

Os **prazos de pagamento** são alargados de 30 de Maio para 31 de Agosto (Categorias A e H) de 30 de Junho para 30 de Setembro (outras Categorias) e de 31 de Agosto até 31 de Dezembro (liquidações oficiais).

Quanto aos **prazos de restituição oficiosa do imposto** (i.e., correspondente à diferença, favorável ao sujeito passivo, entre o imposto devido a final e o que tiver sido entregue nos cofres do Estado em resultado de retenção na fonte ou de pagamentos por conta), passam os mesmos a coincidir com os prazos de pagamento (no passado, a restituição deveria verificar-se até ao terceiro mês seguinte ao termo do prazo previsto para o pagamento, os quais foram agora alargados).

De salientar que o OE 2007 mantém inalterados os prazos de entrega da declaração, previstos no art.º 60º do Código do IRS. Recordamos, contudo, que numa das medidas aprovadas no âmbito do Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa - SIMPLEX 2006 (cfr. Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de Dezembro), foi alargado o prazo de entrega (em, aproximadamente, um mês) das declarações submetidas por via electrónica.

Responsabilidade em caso de substituição tributária (art. 103º, CIRS)

A entidade obrigada à retenção na fonte passa a responder solidariamente com o sujeito passivo pelo imposto não retido, quando os rendimentos não hajam sido contabilizados ou comunicados aos respectivos beneficiários enquanto rendimentos sujeitos a retenção.

Por outro lado, as **entidades emittentes de valores mobiliários** passam a ser solidariamente responsáveis com o sujeito passivo pelo imposto não retido quando:

- As entidades registadoras ou depositárias não efectuem a retenção na fonte a que estão obrigadas (cfr. art.º 101º, n.º 3, CIRS);
- Haja incumprimento da obrigação declarativa prevista no art.º 120º do CIRS que impende sobre as entidades emittentes de valores mobiliários.

Autorização Legislativa – Mais-valias de imóveis / Regime do reinvestimento (art. 10º, CIRS)

O Governo fica autorizado a rever o regime de exclusão de tributação das mais-valias provenientes da transmissão onerosa de imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo e do seu agregado familiar, no sentido de abranger também os casos em que o valor de realização seja reinvestido na aquisição de outro imóvel, de terreno para construção de imóvel, ou na construção, ampliação ou melhoramento de outro imóvel exclusivamente com o mesmo destino situado noutro Estado-membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu.

2. IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Emissão de Facturas (art. 39º, CIVA)

A emissão de facturas passa a ser obrigatória sempre que seja solicitada (ainda que se trate de retalhistas ou prestadores de serviços que beneficiem de dispensa), bem como sempre que a transmissão de bens ou prestação de serviços tenha como destinatário um sujeito passivo de IVA.

Regularização de IVA liquidado a favor do sujeito passivo (art. 71º, CIVA)

É alargado o prazo de regularização do imposto a favor do sujeito passivo para dois anos, e sem qualquer penalidade, sempre que se trate de facturas inexactas.

Em termos de créditos considerados incobráveis, o OE veio clarificar a possibilidade de regularização do IVA, em sede de processo de execução, após prova do registo de suspensão de instância, por falta de bens penhoráveis.

Transmissões e serviços gratuitos sem IVA

O OE 2007 exclui, expressamente, do âmbito de incidência de IVA as transmissões de bens e prestações de serviços efectuadas, a título gratuito, pelas entidades a quem sejam concedidos donativos, quando o valor não ultrapassar, no conjunto, o valor de 5% do montante recebido.

3. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE OS IMÓVEIS (IMI)

Determinação do Valor Patrimonial Tributário (arts. 39º e seguintes, CIMI)

O Código do IMI vem introduzir maior detalhe ao nível dos critérios majorativos e minorativos a ter em conta na aplicação de cada um dos coeficientes relevantes na determinação do Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos imóveis localizados em Portugal. De salientar que estas novas regras se aplicam apenas a partir de 01/07/2007.

Taxas - Imóveis que sejam propriedade de entidades “Off-Shore” (art. 112º, CIMI)

É reduzida de 5% para 1% ou 2% a taxa de IMI aplicável quando o imóvel seja detido por entidade situada em paraíso fiscal, consoante o mesmo esteja ocupado ou devoluto, respectivamente.

4. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT)

Prédio urbano destinado exclusivamente à habitação (art. 9º, CIMT)

O valor isento passa de € 83.500 para € **85.500**. Contudo, a isenção passa a aplicar-se apenas na aquisição de imóveis destinados **exclusivamente a habitação própria e permanente** (e não a qualquer tipo de habitação).

Taxas (art. 17º, CIMT)

Os escalões de IMT são actualizados em 2% (valor aproximado). Passam a existir duas tabelas distintas: uma relativa a **prédios urbanos destinados exclusivamente a habitação própria e permanente**, e outra relativa a **prédios urbanos destinados exclusivamente a habitação**.

É reduzida de 15% para 8% a taxa de IMT que se mostra devida no caso do imóvel ser detido por entidade situada em paraíso fiscal.

5. ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF)

Caducidade dos Benefícios Fiscais (art. 2º-A, EBF)

O OE 2007 veio estabelecer uma norma de acordo com a qual os benefícios fiscais previstos nas Partes II e III do EBF (i.e., benefícios fiscais com carácter estrutural e benefícios fiscais com carácter transitório), vigoram por um período de **cinco anos**, salvo quando disponham o contrário, sendo que, no entanto, deverão ser mantidos os

benefícios fiscais cujo direito tenha sido adquirido durante a vigência das normas que os consagram.

Contudo, este princípio da caducidade não se aplica aos benefícios fiscais associados a:

- Fundos de pensões (art.º 14º, EBF);
- Contribuições das contribuições das entidades patronais para regimes de segurança social (art.º 15º, EBF);
- Fundos de poupança reforma, poupança-educação e poupança reforma/educação (art.º 21º, EBF);
- Fundos de investimento (art.º 22º, EBF);
- Fundos de capital de risco (art.º 22º-A, EBF);
- Fundos de investimento em recursos florestais (art.º 22º-B, EBF);
- Isenções de IMI (art.º 40º, EBF);
- Benefícios fiscais decorrentes de relações internacionais (Capítulo V, EBF).

Fundos de Pensões e equiparáveis (art. 14º, EBF)

O OE 2007 veio reduzir o âmbito da dedução à colecta de Fundos de Pensões ou regimes equiparáveis. Apesar de ser mantida a dedução à colecta, clarifica-se que quando as contribuições são pagas e suportadas por terceiros, a referida dedução dependerá da comprovação de que as mesmas foram tributadas na esfera do sujeito passivo. Por outro lado, elimina-se a dedução à colecta nas situações em que as contribuições constituem encargo inerente à obtenção de rendimentos de Trabalho Independente.

Fundos de poupança-reforma, poupança-educação e poupança-reforma/educação (art. 21º, EBF)

O OE 2007 veio determinar que as contribuições para PPR deixam de beneficiar da dedução à colecta quando aplicadas por sujeitos passivos após a data da passagem à reforma.

Fundos de Capital de Risco (art. 22º-A EBF)

Os **rendimentos das UP's** de FCR's, que sejam pagos ou colocados à disposição dos titulares, mediante resgate ou distribuição, passam a ficar sujeitos a tributação por **retenção na fonte**, a uma taxa de 10%, a qual reveste carácter liberatório (com opção pelo englobamento), no caso de sujeitos passivos de IRS que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola e entidades não residentes (que não efectuem a prova correspondente).

Existe, contudo, uma **dispensa de retenção na fonte** relativamente a: **(i)** entidades isentas quanto aos rendimentos de capitais; e a **(ii)** entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis, com a exclusão de:

- Entidades residentes em territórios *off-shore*;

- Entidades não residentes detidas, directa ou indirectamente, em mais de 25% por entidades residentes.

A dispensa de retenção na fonte encontra-se dependente da prova da qualidade de não residente ou da isenção de que aproveitam, até à data em que deve ser efectuada a retenção. Não sendo feita a prova, recai sobre o substituto tributário a obrigação de entregar a totalidade do imposto que deveria ter sido deduzido nos termos da lei.

A prova da qualidade de não residente é feita nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida).

No caso de os titulares das UP's optarem pelo englobamento dos rendimentos, têm direito a deduzir 50% dos rendimentos relativos a dividendos, nos termos e condições previstos no art.º 40º-A do Código do IRS e no n.º 8 do art.º 46º do Código do IRC.

No caso de alienação das UP's por entidades não residentes que não aproveitem da isenção do art.º 26º do EBF e por sujeitos passivos de IRS residentes no território português que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma actividade comercial, industrial ou agrícola e não optem pelo respectivo englobamento, o saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias resultantes da alienação das UP's é tributado à taxa de 10%.

Fundos de Investimento Imobiliário em Recursos Florestais (art. 22º-B EBF)

O OE 2007 prevê o aditamento de um novo artigo ao EBF, o qual passa a estabelecer o regime fiscal aplicável aos FII's em recursos florestais.

A tributação dos rendimentos obtidos pelos respectivos titulares das UP's é efectuada em moldes idênticos aos rendimentos das UP's de FCR's (vide supra).

Fundos de Investimento Imobiliário Mistos ou Fechados de Subscrição Particular (art. 46º, EBF)

Os FII's fechados de subscrição particular cujas UP's sejam detidas **por investidores não qualificados** ou **por instituições financeiras por conta daqueles** passam a não beneficiar das isenções de IMT e IMI relativas a prédios integrados na respectiva carteira, mas beneficiam de uma redução para metade das taxas de IMT e IMI aplicáveis.

De salientar que esta nova regra é aplicável aos imóveis integrados em fundos de investimento constituídos após 01.11.2006 ou que realizem aumentos de capital após essa data e, bem assim, aos imóveis integrados em fundos cujas unidades de participação eram, em 01.11.2006, detidas exclusivamente por investidores não qualificados ou por instituições financeiras por conta daqueles.

Prédios adquiridos ou construídos através do sistema ‘poupança-emigrante’ (art. 44º, EBF)

A proposta do OE para 2007 vem **revogar** o artigo 44º do EBF, o qual estabelece a isenção de IMI para os imóveis adquiridos ou construídos através do sistema “poupança-emigrante”, por um período de 10 anos contados do ano da aquisição ou da conclusão das obras.

Contudo, é consagrado um regime transitório no sentido de salvaguardar a aplicação da referida isenção aos imóveis adquiridos ou construídos através do sistema “poupança-emigrante” mediante operações contratadas até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 169/2006, ou seja, mediante operações contratadas até 18 de Agosto de 2006.

Importa referir, a este propósito, que o mencionado Decreto-Lei n.º 169/2006 veio recentemente revogar o sistema “poupança-emigrante” para efeitos da contratação de novas operações.

Contas de Depósito Deficiente (art. 14º, EBF)

É revogado o regime que previa a possibilidade de os deficientes aproveitarem do regime fiscal das contas “poupança-reformados”.

Benefícios relativos ao mecenato (arts. 56-C, 56º-D e 56º-E, EBF)

Os benefícios fiscais associados ao mecenato foram objecto de revisão, prevendo-se, nomeadamente, o afastamento da necessidade do reconhecimento prévio para a generalidade dos casos, embora a majoração dos donativos fique limitada a 0,8% do volume de negócios.

Por outro lado, prevê-se que os donativos em dinheiro de valor superior a € 200 devem ser efectuados através de meio de pagamento que permita a identificação do mecenas, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito directo.

De referir que os benefícios fiscais relativos ao Mecenato passam a constar do EBF, sendo revogado o Estatuto do Mecenato.

6. DIREITOS E GARANTIAS DOS CONTRIBUINTES

Notificações (art. 45º, Lei Geral Tributária)

O OE 2007 veio estabelecer o alargamento do prazo de caducidade (quatro anos), considerando-se que as notificações sob registo são efectuadas no terceiro dia posterior ao do registo ou no primeiro dia útil seguinte a esse quando aquele dia não seja útil.

Suspensão do Prazo de Prescrição (art. 49º, Lei Geral Tributária)

O prazo de prescrição é alargado, uma vez que se elimina a salvaguarda de não haver lugar à interrupção da prescrição no caso de haver uma paragem do processo por período superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo. De salientar que esta alteração aplica-se a todos os prazos de prescrição em curso, em que ainda não tenha decorrido o período superior a um ano de paragem do processo por facto não imputável ao sujeito passivo.

Dispensa de Direito de Audição (art. 60º, LGT)

O exercício do direito de audição passa a ser dispensado sempre que a liquidação se efectue oficiosamente com base em valores objectivos previstos na lei, e tendo o contribuinte sido notificado para a apresentação da declaração em falta e não o tenha feito.

Manifestações de Fortuna (art. 89º-A, Lei Geral Tributária)

A desproporção superior a 50% em relação ao rendimento padrão passa a ser aferida em função dos rendimentos líquidos declarados (a redacção anterior referia apenas *rendimentos*). A imputação dos rendimentos passa, nalguns casos, a ser efectuada no exercício da imputação e nos três anos seguintes. A decisão de avaliação por métodos indirectos passa a ser da competência do director de finanças da área de domicílio (e não do Director-Geral dos Impostos, como era no passado).

Violação do dever de possuir e movimentar contas bancárias (art. 129º Regime Geral das Infracções Tributárias)

Com o OE 2005 foi introduzida a obrigação dos contribuintes com contabilidade organizada possuírem conta bancária através da qual devem ser movimentados os pagamentos e recebimentos da actividade empresarial, bem como os pagamentos de valor igual ou superior a €7.718 através de meio que identifique o destinatário.

O OE 2007 vem agora consagrar a punição do incumprimento de tais obrigações, prevendo, nomeadamente, coimas variáveis entre €180 e €18.000, para a inexistência de conta bancária, e de €120 a €3.000, para pagamentos efectuados através de meios diferentes dos previstos na lei.

Antecipação do pagamento de coimas (art. 75º, Regime Geral das Infracções Tributárias)

O OE 2007 veio incentivar o pagamento antecipado das coimas, mecanismo que permite a redução do valor a pagar, o qual deixa de ser aplicável unicamente às infracções simples passando a valer para qualquer tipo de infracção.